

EDITORIAL

Prezados(as) leitores(as),

É com satisfação que apresentamos a edição 76.2 da Revista do Serviço Público (RSP) que reúne artigos com temas diversos: política de cuidados, proposta de metodologia de avaliação para ouvidorias, governança corporativa em empresas de economia mista, engajamento no trabalho, atuação de conselhos gestores, licitações na área de saúde e formação de lideranças.

Abrimos essa edição com dois trabalhos na seção de “Artigos convidados”. O primeiro é uma tradução do artigo seminal de Harold Lasswell, *The policy orientation*, publicado em 1951. “**A orientação política do conhecimento**”, traduzido por Francisco G. Heidemann, apresenta algumas ideias de Lasswell que buscava oferecer um método científico para a análise e formulação de políticas públicas que incluísse a noção de valores, pressupondo que assim teríamos a formalização da democracia. O segundo artigo traz um relato de experiência sobre o programa LideraGov – “**Desenvolvendo competências de liderança no setor público: a experiência do Programa LideraGOV**”, de Natália Ilka Morais Nascimento, Maristela Campos de Carvalho, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos, Fernando de Souza Coelho e Tainá Victoria Machado. O trabalho analisa a experiência implementada com sucesso pela Escola Nacional de Administração Pública e o Ministério da Gestão e Inovação de Serviços Públicos - em conjunto com organizações públicas federais parceiras, desde 2020.

Na sequência, apresentamos os artigos regulares desta edição, começando com o trabalho “**Governança das políticas de cuidado, transversalidade e interseccionalidade: uma análise de experiências Latino-americanas e Caribenhas**”, de Alexandre Hugo de Araújo Barbosa, Mariana Mazzini Marcondes e Aline Juliana Barbosa de Oliveira. O artigo investiga as estruturas de governança de políticas de cuidados na América Latina e Caribe, a partir das abordagens da transversalidade de gênero e interseccionalidade de raça e etnia. A partir da análise de oito casos, os autores identificaram que a transversalidade de gênero é a categoria que possui melhores condições institucionais nos casos analisados, quando comparada com a interseccionalidade de raça e etnia.

O segundo artigo regular “**Proposta de metodologia de avaliação da qualidade de resposta em ouvidoria: uso de princípios e diretrizes da linguagem simples**”, de Pedro Carlos Resende Junior, apresenta uma proposta metodológica para avaliar a qualidade da resposta de

ouvidorias às manifestações de cidadãos por meio da criação de um coeficiente de qualidade de resposta - CQR. O CQR visa medir a qualidade da resposta por meio de uma avaliação endógena, de forma quantitativa, antes do envio da resposta ao cidadão. A metodologia tem por base a elaboração de escala psicométrica para validação de itens de pesquisa, e ainda afere a aderência das respostas aos princípios e diretrizes da Linguagem Simples e à Lei de Acesso à Informação.

“Governança corporativa nas empresas federais de economia mista: análise dos efeitos da Lei nº 13.303/16”, de Sergio Motta, Frederico Lustosa e Liliane Furtado é o terceiro artigo regular desta edição. O trabalho investiga a adequação das empresas de economia mista independentes, controladas pelo governo federal, à Lei nº 13.303/16 (ou “Lei das estatais”), estabelecendo uma comparação entre o estado da arte antes e depois da promulgação da lei, com ênfase em quatro dimensões: práticas de gestão, *accountability*, gestão de riscos e conformidades e ações socioambientais. Os resultados da análise apontam que a “Lei das estatais” teve efeitos positivos sobre a governança das empresas analisadas, com significância estatística de 5%, sendo esse resultado empírico a principal contribuição do trabalho.

Apresentar evidências do efeito preditor dos fatores reconhecimento e crescimento no trabalho e de afetos positivos na variável engajamento no trabalho é o objetivo do artigo **“Engajamento no trabalho: analisando o impacto do reconhecimento e dos afetos positivos”**, de Carla Sabrina Xavier Antloga, Marina Maia do Carmo, Mauricio Miranda Sarmet, Fabio Iglesias, Veruska Albuquerque Pacheco e Wânia Cristina de Souza. O estudo foi realizado com mais de cinco mil trabalhadores da Receita Federal do Brasil. Os resultados do estudo evidenciam que práticas de reconhecimento e oportunidades de crescimento são variáveis imprescindíveis para o engajamento no trabalho no órgão estudado.

Ana Celecina Lucena da Costa, Raquel Franco de Souza e Raquel Maria da Costa Silveira são as autoras do artigo **“A participação institucionalizada em conselhos gestores na regulamentação de Zonas de Proteção Ambiental em Natal-RN”**. O estudo investiga a institucionalização da participação nos Conselhos Gestores que atuaram na regulação das Zonas de Proteção Ambiental em Natal/RN, utilizando como bases teóricas a democracia participativa, a participação social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito dos conselhos.

Finalizamos este número com o artigo **“Desafios nas aquisições de medicamentos: estudo das licitações do Instituto Nacional do Câncer (2018-2022)”**, de Anna Luiza Nunes Motta, Claudia de Oliveira Passos, Mario Jorge Sobreira da Silva, Virginia Luiz de Sousa e Elaine Lazzaroni. O estudo analisou as lições aprendidas a partir de licitações fracassadas envolvendo a compra de medicamentos conduzidas na modalidade de pregão eletrônico pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), na intenção de elucidar as motivações dos fracassos nestes processos de aquisição. Os achados deste

estudo reforçam a importância da etapa de precificação, do parecer técnico farmacêutico, da transição de gestão e dos aspectos mercadológicos nos desfechos das compras públicas de medicamentos.

Esperamos que as discussões promovidas nesta edição da RSP tragam boas reflexões, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas e atitudes na administração pública brasileira.

Desejamos uma excelente leitura!

Alexandre de Ávila Gomide

Editor-Chefe